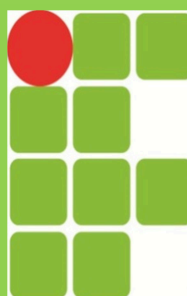


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
*CAMPUS VÁRZEA GRANDE***

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *Lato
Sensu* EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
MATO GROSSO
Campus Várzea Grande



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
IFMT *CAMPUS* VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

VÁRZEA GRANDE-MT

Abril/2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
IFMT *CAMPUS* VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Equipe de Adaptação do PPC:

João Bosco Lima Beraldo

Jelder Pompeo de Cerqueira

Kléberson Pierre Cardoso de Jesus

Sandra Maria de Lima

Sônia Maria de Almeida

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

REITOR
Willian Silva de Paula

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Carlos André de Oliveira Câmara

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Wander Miguel de Barros

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Túlio Marcel

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
José Bispo Barbosa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Marcus Vinicius Taques Arruda

DIRETORA DE ENSINO MÉDIO
Cacilda Guarim

DIRETORA DE GRADUAÇÃO
Marilane Alves Costa

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS VÁRZEA GRANDE*
Sandra Maria de Lima

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
João Bosco Lima Beraldo

ASSESSORIA PEDAGÓGICA
Jelder Pompeo de Cerqueira
Sônia Maria de Almeida

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
João Bosco Lima Beraldo
Jelder Pompeo de Cerqueira
Kléberson Pierre Cardoso de Jesus
Sandra Maria de Lima
Sônia Maria de Almeida

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	8
01. Apresentação.....	10
02. Perfil Institucional.....	11
2.1 Missão INSTITUCIONAL	11
2.2 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	11
03. Caracterização do Campus Várzea Grande.....	12
3.1 DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO.....	13
3.2 PERFIL DO CAMPUS.....	14
3.3 VOCAÇÃO DO CAMPUS	14
3.4 OBJETIVOS DO CAMPUS	14
3.5 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL.....	15
04. JUSTIFICATIVA	17
05. OBJETIVOS	19
5.1 GERAIS.....	19
5.2 ESPECÍFICOS	19
06. DIRETRIZES.....	20
6.1 DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DO CURSO.....	20
6.2 DIRETRIZES LEGAIS DO CURSO.....	21
07. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO.....	21
08. PÚBLICO-ALVO.....	21
09. INSCRIÇÃO	22
10. MATRÍCULA.....	22
11. CRITÉRIOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTUDO, TRANCAMENTOS E TRANSFERÊNCIA	23
12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
13. PERÍODO ESTIMADO PARA SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO	26
14. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
14.1 Dimensões de Formação	27
14.2 e mentário das disciplinas	27
14.3 Estrutura curricular	28
15. Matriz Curricular.....	29
16. Fluxograma	30

17.	Pesquisa e Produção Científica: Articulação com o Ensino e a Extensão	30
18.	Metodologia	31
19.	Avaliação	32
19.1	Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	33
19.2	Avaliação Institucional	33
19.3	Avaliação de Aprendizagem	34
19.4	Avaliação dos Subsistemas de EaD	37
20.	Sistema de Avaliação do Curso	37
21.	Plano de Melhorias do Curso	38
21.1	Melhoria da qualidade de ensino	38
21.2	Melhoria do desempenho e da formação do aluno	38
21.3	Melhoria do desempenho do professor	39
22.	Atendimento ao Discente	39
23.	Estrutura Administrativo-Pedagógica de Atendimento ao Discente.....	40
24.	Certificados e Diplomas.....	43
25.	Quadro de docentes	43
26.	Instalações Físicas e Equipamentos	45
27.	Integração e Articulação da Educação a Distância no IFMT Campus Várzea Grande ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.....	49
27.1	Equipe Multidisciplinar.....	50
27.2	Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar.....	50
27.3	Seleção de Professores Tutores.....	51
27.3.1	Seleção de Tutores Presenciais	51
27.3.2	Seleção de Tutores a Distância	52
27.4	Sistema de Tutoria	52
27.5	Encontros Presenciais	53
28.	Referências.....	53
29.	Anexos	56
29.1	anexo 1 - fluxograma	56
29.2	ANEXO II - Ementário das disciplinas.....	58
29.3	ANEXO III.....	79
	ANEXO IV – Portaria de nomeação de coordenador	86

ANEXO V - Plano de Trabalho do IFMT para Oferta de Cursos no Âmbito do Sistema
Universidade Aberta do Brasil87

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

TÍTULO: ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA

ÁREA DE CONHECIMENTO: Administração – Administração Pública – Código 60202009 – CAPES/CNPq

NATUREZA DO CURSO: Curso de Especialização na Modalidade a Distância

PROPONENTE (UNIDADE OFERTANTE): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT - *Campus* Várzea Grande.

PÚBLICO-ALVO: O curso destina-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

REGIME ACADÊMICO: regime de crédito com matrícula por módulo, na modalidade de educação a distância.

CARGA HORÁRIA: 510 (quinhentas e dez) horas

DURAÇÃO DO CURSO: O curso terá a duração mínima de 18 (dezoito) meses para integralização, podendo ser integralizado em até 3 anos.

VAGAS: 50 vagas para cada polo presencial, totalizando 300 vagas.

INGRESSO: em relação ao ingresso, matrícula, rematrícula e transferência atende-se à organização didática vigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.

FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS: o curso de especialização em Gestão Pública é um dos contemplados no Plano de Trabalho para oferta de cursos no âmbito do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/CAPES/IFMT. Os recursos financeiros que asseguram a execução deste curso estão descritos no documento do Anexo IV deste PPC.

COORDENADOR: João Bosco Lima Beraldo (nomeado pela Portaria nº 20 de 17 de fevereiro de 2017 – IFMT/Várzea Grande, mestre em economia pela Universidade Federal de Mato Grosso, link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840601549452158>, Email: joao.beraldo@vgd.ifmt.edu.br, telefone: 65 3691-8003.

01.APRESENTAÇÃO

Este documento contém a criação do Projeto Pedagógico do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública, oferecido no Instituto Federal de Mato Grosso – *Campus Várzea Grande* – na modalidade à distância via a Universidade Aberta do Brasil.

Inicia-se relatando o perfil do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) destacando sua história, sua missão e seus valores. Em seguida tem-se a caracterização do *Campus Várzea Grande* enfocando sua história, seu perfil, suas áreas de atuação, sua vocação, princípios e finalidades.

O projeto apresenta uma justificativa para implantação do curso amparada em dados estatísticos coletados na sua região de atuação. Bem como descreve o objetivo geral e os objetivos específicos do curso, as diretrizes do curso, os requisitos de acesso ao curso, público alvo, o perfil do egresso, a matriz e a organização curricular do curso. Também descreve outras informações relevantes para o funcionamento do mesmo.

Visualizando o processo pedagógico do curso, o projeto destaca as competências e habilidades de caráter geral e específico do especialista em gestão pública, os conteúdos curriculares do módulo básico e da área de concentração de gestão pública, bem como da produção científica em consonância com a Política da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFMT.

Este documento também traz as ementas e bibliografias sugeridas para o desenvolvimento do aluno, a metodologia a ser adotada, a avaliação de competências, a avaliação do curso e da instituição.

O projeto finaliza demonstrando como se processará os certificados e diplomas, apresenta o quadro de docentes, as instalações físicas e os equipamentos, suas referências bibliográficas e anexos.

02.PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no Estado de Mato Grosso a sua área de atuação geográfica, conta com dezoito campi: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso, Várzea Grande), e ainda os campi avançados (*Campus Avançado de Diamantino, Campus Avançado de Tangará da Serra, Campus Avançado de Lucas do Rio Verde e Campus Avançado de Sinop*), além da sua Reitoria instalada em Cuiabá. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFMT é equiparado às universidades federais.

2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

“Educar para a vida e para o trabalho”.

2.2 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

O IFMT tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, nas áreas da educação, ciência e tecnologia;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à sociedade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação de conhecimentos educacionais, científicos e tecnológicos.

03. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS VÁRZEA GRANDE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus Várzea Grande* foi criado através da Portaria Nº 993 de 07 de outubro de 2013, publicada no DOU de 08/10/2013, fazendo parte da terceira fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica. A demanda originária partiu da Prefeitura Municipal de Várzea Grande em 2011, com vistas a promover uma discussão acerca da demanda local por cursos superiores e técnicos.

Em 2012, o Governo Federal inseriu o Município de Várzea Grande no programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A demandante doou uma área para a implantação do *campus*, de 100.000 m², localizada no bairro Chapéu do Sol, tendo a escritura do terreno sido registrada oficialmente em nome do Instituto Federal de Mato Grosso em julho de 2013. As obras para implantação do *campus* foram licitadas em novembro de 2013 e a ordem de início de serviços foi emitida em janeiro de 2014, com prazo de execução previsto para 18 meses.

A priori, tendo em vista a necessidade da implantação imediata de cursos, o IFMT Várzea Grande irá estabelecer-se, até que as obras sejam finalizadas, em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande. Este prédio está localizado no bairro Chapéu do Sol, próximo ao local do *Campus*, o que corrobora para o estreitamento dos laços entre o IFMT e a comunidade local. O prédio cedido é composto por 11 salas de aula, das quais 5 serão utilizadas para este fim e as outras 6 salas comporão o setor administrativo e apoio pedagógico, laboratório de informática e biblioteca.

A criação do *Campus* Várzea Grande atende a meta do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e leva em consideração a própria natureza dos Institutos Federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujo propósito inclui o crescimento socioeconômico de cada região.

3.1 DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO

Órgão/Entidade Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Campus Várzea Grande			C.N.P.J.: 10784782/0014-75
Endereço: Av. Tiradentes S/N Bairro Jardim Manáira			Home Page: www.vgd.ifmt.edu.br
Cidade Várzea Grande	UF MT	CEP 78.156-212	DDD/Telefone (65) 3691-8000
Nome do Responsável Sandra Maria de Lima			CPF 141.882.698-71
CI/Órgão Expedidor 18219580-6 SSP/SP	Cargo Professora	Função Diretora-Geral	Matrícula 2555380
Endereço Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 1.500, Ap. 604, Bairro Duque de Caxias II			CEP 78043-395

3.2 PERFIL DO CAMPUS

Seguindo as tendências demonstradas em relatórios e pesquisas econômicas, os eixos tecnológicos a serem trabalhados pelo campus de Várzea Grande serão os de Infraestrutura e o de Gestão e Negócios.

3.3 VOCAÇÃO DO CAMPUS

Assim como o IFMT, o Campus Várzea Grande visa proporcionar a formação holística do ser humano em seu caráter científico, tecnológico e humanístico nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação e capacitação de profissionais para o mundo do trabalho.

3.4 OBJETIVOS DO CAMPUS

Em consonância com o IFMT, o Campus Várzea Grande tem os seguintes objetivos:

I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. ministrar cursos de formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, nas áreas da educação, ciência e tecnologia;

III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à sociedade;

IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação de conhecimentos educacionais, científicos e tecnológicos.

3.5 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A criação do *Campus Várzea Grande* do IFMT deveu-se a necessidade da ampliação da área de atuação do IFMT na região metropolitana de Cuiabá, a qual abriga uma população de 832.710 habitantes (IBGE, 2014), dos quais 32% residem em Várzea Grande. O PIB do município de Várzea Grande é o terceiro maior do Estado de Mato Grosso, sendo que 77% é oriundo da prestação de serviços, 21% da Indústria e apenas 2% do PIB é remanescente de atividades da agropecuária.

Os PIBs de Cuiabá e Várzea Grande, somados, representam 49% do PIB do estado do Mato Grosso, sendo que Cuiabá segue a mesma tendência das atividades econômicas de Várzea Grande.

Mesmo com números significativos para a economia do Estado, o município de Várzea Grande apresenta dados alarmantes quanto à empregabilidade, considerando que o censo demográfico de 2010 constatou que a população entre 20 e 60 anos de idade é de aproximadamente 120.000 pessoas, e há somente cerca de 53.000 pessoas ocupadas no município.

O Plano de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso – MT +20 aponta que o potencial econômico de Várzea Grande se assenta na indústria e agroindústria, serviços terciários modernos, fruticultura, aquicultura e mineração.

Este mesmo plano aponta as limitações e o estrangulamento que emperram o desenvolvimento do município quais sejam: desigualdade intra-regionais em termos econômicos e sociais e de infraestrutura urbana, baixo nível de escolaridade e deficiente qualificação de mão de obra, dentre outros (SEPLAN, 2010).

Somados a isso, há uma demanda por profissionais capacitados para gerir o estado para torná-lo eficiente na administração dos recursos e criação de políticas públicas.

O censo educacional de 2012 (IBGE, 2014) constatou que o número de matrículas no Ensino Médio é de 13.621, enquanto a população com a faixa etária correspondente é de 39.653 pessoas.

Neste cenário o IFMT – Várzea Grande, atendendo as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT, no que se refere ao atendimento da demanda de desenvolvimento socioeconômico locais, exercerá a função estratégica no desenvolvimento regional e na melhoria da qualidade de vida da população e, seguindo as tendências demonstradas em relatórios e pesquisas econômicas, os eixos tecnológicos a serem trabalhados pelo campus de Várzea Grande serão os de Infraestrutura – Aeroportuário e Construção Civil e o de Gestão de Negócios.

No eixo de Infraestrutura serão trabalhados os cursos de nível técnico em Desenho de Construção Civil, técnico em Edificações, técnico em Eletrotécnica e técnico Aeroportuário. Já em nível de Curso Superior de Tecnologia, será implantado o CST em Construção de Edifícios, com ênfase em gestão de projetos e planejamento.

No eixo de Gestão e Negócios, o *campus* Várzea Grande terá os cursos para formação de Técnico em Serviços de Condomínio e Técnico em Logística. Em nível superior será implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade presencial. Todos os cursos citados serão ofertados na modalidade presencial.

Os cursos ofertados pelo IFMT – Várzea Grande na modalidade de Educação a Distância estão no eixo de Gestão e Negócios e, portanto têm interface com o curso técnico em Logística integrado ao ensino médio e com o curso técnico em Serviços de Condomínio,

Na modalidade de Educação a Distância, é mister a oferta do curso de Especialização em Gestão Pública, com o intuito de formar gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos do Projeto Nacional de Desenvolvimento vigente no País.

Com isso, os cursos, na modalidade de educação a distância, irão colaborar para que as práticas de ensino do IFMT, construídas socialmente, a partir da observação da vida e do mundo do trabalho, façam dos estudantes, sujeitos históricos com capacidade de intervenção na realidade, tal qual está proposto nas diretrizes das práticas pedagógicas do projeto político pedagógico do IFMT.

04.JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

05.OBJETIVOS

5.1 GERAIS

Capacitar profissionais para a excelência no exercício da gestão em instituições, especialmente aquelas de caráter público.

5.2 ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Capacitar gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;

- II. Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- III. Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

06.DIRETRIZES

6.1 DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.
- VI. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:
 - a) técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
 - b) ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

6.2 DIRETRIZES LEGAIS DO CURSO

O Curso de Especialização em Gestão Pública na Modalidade à Distância está fundamentado nos dispositivos legais que tratam dos cursos de especialização na modalidade a distância, a saber:

- No Decreto n. 5.622, de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 (que trata da educação a distância) da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- No Parecer CNE/CES n. 142/2001 e Resolução n. 1, de 3 de abril de 2001, que estabelecem normas de funcionamento para cursos de pós-graduação;
- Na Portaria n. Portaria de autorização n. 1 050, de 22 de agosto de 2008, que permite ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ministrar, em caráter experimental, cursos *lato sensu* a distância; e
- Na Resolução n.1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização.

07.REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso nos cursos de Especialização do IFMT dar-se-á mediante processo seletivo, com formas e critérios estabelecidos, em edital específico, por meio da Pró-reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Pesquisa do IFMT.

A seleção constará de uma etapa, de caráter classificatório e eliminatório, e será realizada através de análise de currículo.

Em caso de empate, adotar-se-ão, os seguintes critérios para o desempate:

- a. maior nota no currículo;
- b. maior tempo de experiência no serviço público;
- c. maior idade.

08.PÚBLICO-ALVO

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública e

demais interessados que residam nas regiões dos municípios Pólos de Apoio Presencial do Curso de Especialização em Gestão da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *Campus Várzea Grande*. Serão oferecidas 300 (trezentas) vagas, sendo 50 vagas para cada polo, para ingresso anual. O tempo mínimo de integralização das disciplinas é de 18 (dezoito) meses.

Especificamente, o curso de Especialização em Gestão Pública está planejado para ser ofertado em 6 Pólos do IFMT de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

Município Pólo		Nº de vagas
01	Cuiabá	50
02	Cáceres	50
03	Sorriso	50
04	Juína	50
05	Primavera do Leste	50
06	Pontes e Lacerda	50
TOTAL		300

09. INSCRIÇÃO

Para inscrever-se no processo seletivo, o candidato deverá formalizar sua inscrição e disponibilizar os documentos exigidos para cada modalidade de ingresso em local e datas definidos no edital do referido processo seletivo.

10. MATRÍCULA

A matrícula é o ato formal pelo qual se dará a vinculação acadêmica do discente ao IFMT após a classificação em Processo Seletivo, mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital.

A matrícula será realizada, por componente curricular, pelo candidato ou por seu representante legal, com a devida documentação em local, dia e horário a serem divulgados no edital do processo seletivo e também na lista dos candidatos aprovados.

11.CRITÉRIOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTUDO, TRANCAMENTOS E TRANSFERÊNCIA

A recuperação dos estudos será feita dentro dos módulos através de atividades complementares quando necessário e provas finais previstas em nossa organização didática.

O aluno que desejar aproveitar alguma disciplina já cursada em outro curso ou em outra instituição de ensino deverá apresentar, através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais, o plano da disciplina contendo a carga horária e o conteúdo programático da mesma, juntamente com um texto justificando a solicitação de aproveitamento.

Este requerimento deverá ser analisado pelo professor formador da disciplina ou pelo coordenador do curso. Caso deferido, o aluno deverá realizar uma avaliação de nivelamento para compor a nota da disciplina aproveitada.

O aluno, que por algum motivo justificado, desejar trancar matrícula de alguma disciplina, deverá observar alguns requisitos:

- O aluno só poderá solicitar o trancamento de no máximo duas disciplinas por módulo.
- O aluno não poderá solicitar o trancamento de disciplina(s) de um módulo atual, se estiver com duas disciplinas trancadas do módulo anterior. Caso seja uma só trancada do módulo anterior, ele poderá solicitar até no máximo o trancamento de uma do módulo atual, não podendo para o aluno constar mais de duas disciplinas trancadas.
- A solicitação de trancamento deverá ser feita através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais no qual redigirá um texto explicando o motivo da solicitação de trancamento anexando documentação, caso seja necessário.

O aluno que solicitar transferência de curso ou de instituição, deverá apresentar, através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais, os motivos da solicitação, juntamente com documentação em anexo, caso seja necessário.

12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da

formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais complexas;
- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;

- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de cases.

13.PERÍODO ESTIMADO PARA SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO

Conforme o Art. 1º da Resolução nº 01 do CNE/MEC de 8 de junho de 2007, os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução. Por esse motivo, não há prazo para solicitação de reconhecimento do curso de Especialização em Gestão Pública do IFMT.

14.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular dos cursos de especialização é composta por um conjunto de disciplinas, conhecimentos sobre metodologia científica e um Trabalho de Conclusão de Curso, na forma de artigo científico, que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca examinadora. O curso de Especialização em Gestão Pública do IFMT-Várzea Grande está inscrito no Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e sua estrutura curricular segue o modelo sugerido pelo PNAP.

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos, além da elaboração de *artigo científico*, como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que revele o domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Gestão Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. **Transversalidade** – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de

transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

- II. **Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino** – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade.
- III. **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** – que consiste na elaboração de um artigo científico desenvolvido pelo acadêmico, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de um artigo científico. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. O Regimento de TCC está descrito no Anexo III deste Plano Pedagógico de Curso.

14.1 DIMENSÕES DE FORMAÇÃO

A formação e o perfil do especialista em gestão pública serão expressos através de duas dimensões:

epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Gestão Pública; e

profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do gestor público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

14.2 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

O ementário das Disciplinas consta do Anexo 2.

14.3 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação:

- I. **Conteúdos de Formação Básica** – relacionados com estudos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Estado, Governo e Mercado; O Público e o Privado na Gestão Pública; Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro; Políticas Públicas; Planejamento Estratégico Governamental; O Estado e os Problemas Contemporâneos; Indicadores Socioeconômicos da Gestão Pública.
- II. **Conteúdos de Formação Profissional** – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, por meio das disciplinas: Cultura e Mudança Organizacional; Comportamento Organizacional; Redes Públicas de Cooperação em Ambiente Federativo; Gestão Operacional; Gestão Logística; Plano Plurianual de Orçamento Público.
- III. **Conteúdos de Formação Complementar** – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, com vistas à formação do pesquisado em gestão pública, dotando o estudante dos conhecimentos e procedimentos necessário à execução de pesquisa científica na área de gestão, por meio das disciplinas: Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso.
- IV. **Temas transversais:** Busca-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma comunidade, além de formar trabalhadores responsáveis e comprometidos com a sociedade. Para tanto, permeiam essa formação discussões concernentes à:
Educação Ambiental (Lei 9795/1999, Decreto 4281/2002, Resolução CNE/MEC 02/2012)
→ que será trabalhada na perspectiva da educação ambiental transformadora, prevista no componente curricular O Estado e os Problemas Contemporâneos;

Direitos Humanos (Resolução CNE/MEC 01/2012) – Serão oportunizadas as discussões no Evento “Semana da Inclusão para Diversidade”, bem como estará prevista na ementa do componente curricular a discussão da temática Direitos Humanos, Cidadania e Democracia no componente curricular Comportamento Organizacional, fator determinante da dignidade e do valor da pessoa humana.

- V. **Familiarização com a EAD** – Como atividade de nivelamento será trabalhada a disciplina Introdução à Modalidade de Educação a Distância com o objetivo de tratar de questões como apresentação e compreensão do Projeto Pedagógico do Curso, introdução à Educação a Distância, Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e integração do aluno via os instrumento de interação do mundo virtual.

O curso, com 510 horas aula, abrange disciplinas de formação básica, de formação profissional, de formação complementar e aspectos de familiarização com a Educação a Distância, conforme demonstrado a seguir:

Quadro da Estrutura Curricular do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública

CURSO	COMPONENTE CURRICULAR	C.H	CONTEÚDO	NATUREZA
Especialização em Gestão Pública	Introdução à Modalidade EaD - Nivelamento	30	Nivelamento	Obrigatória
	Estado, Governo e Mercado	30	Formação Básica	Obrigatória
	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	Formação Básica	Obrigatória
	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	Formação Básica	Obrigatória
	Políticas Públicas	30	Formação Básica	Obrigatória
	Planejamento Estratégico e Governamental	30	Formação Básica	Obrigatória
	O Estado e os problemas contemporâneos	30	Formação Básica	Obrigatória
	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	Formação Básica	Obrigatória
	Cultura e Mudança Organizacional	30	Formação Profissional	Obrigatória
	Comportamento Organizacional	30	Formação Profissional	Obrigatória
	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30	Formação Profissional	Obrigatória
	Gestão Operacional	45	Formação Profissional	Obrigatória
	Gestão Logística	30	Formação Profissional	Obrigatória
	Plano Plurianual e Orçamento Público	45	Formação Profissional	Obrigatória
	Metodologia Científica	30	Formação Complementar	Obrigatória
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30	Formação Complementar	Obrigatória	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE		510		

15.MATRIZ CURRICULAR

NÚCLEO BÁSICO		CARGA HORÁRIA
MÓDULO I		
Introdução à Modalidade EaD - Nivelamento		30
Estado, Governo e Mercado		30

MÓDULO II	
O Público e o Privado na Gestão Pública	30
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
MÓDULO III	
Políticas Públicas	30
Planejamento Estratégico e Governamental	30
MÓDULO IV	
O Estado e os problemas contemporâneos	30
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
Sub Total de Carga Horária das Disciplinas	240
NÚCLEO ESPECÍFICO	
CARGA HORÁRIA	
MÓDULO V	
Cultura e Mudança Organizacional	30
Comportamento Organizacional	30
MÓDULO VI	
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
Gestão Operacional	45
MÓDULO VII	
Gestão Logística	30
Plano Plurianual e Orçamento Público	45
Sub total da Carga Horária das Disciplinas	210
TCC	CARGA HORÁRIA
MÓDULO IV	
Metodologia Científica	30
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30
Sub total da Carga Horária das Disciplinas	60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO	510

16.FLUXOGRAMA

O fluxograma das Disciplinas consta do Anexo 1 deste documento.

17.PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA: ARTICULAÇÃO COM O ENSINO E A EXTENSÃO

O IFMT, desde sua concepção, tem se preocupado em promover ativamente a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo que essas atividades, quando adequadamente articuladas e executadas de forma balanceada, potencializam-se umas às outras.

As atividades de pesquisa dos docentes deverão ser estruturadas em torno de grupos de pesquisa. Cada grupo de pesquisa poderá ser composto por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação. Os grupos poderão ser formados no âmbito do *Campus* de Várzea Grande, no âmbito do IFMT ou interinstitucionais, dedicando-se a temáticas variadas. Os estudantes, ao ingressarem nos grupos de pesquisa, irão participar ativamente de atividades de

pesquisa que contribuirão para sua formação profissional.

As atividades de extensão são importantes não apenas como meio de difusão do conhecimento gerado no IFMT, mas, também, como mecanismo de aproximação da realidade e de enriquecimento da prática docente. Por meio do relacionamento com órgãos públicos, oferecido pelos projetos de extensão, os docentes e estudantes poderão travar contato com a prática profissional e com a riqueza da problemática das instituições públicas.

No que se refere às atividades de extensão, podem ser realizados projetos de assessoria e consultoria, voltados ao atendimento de demandas específicas de órgãos públicos e outros atores sociais, bem como podem ser oferecidos cursos de curta duração, de capacitação e de especialização, e outras atividades relacionadas à divulgação do conhecimento gerado no IFMT. Essas atividades têm permitido à sociedade ter acesso a conhecimento gerado na academia, mas, além disso, tem propiciado a riquíssima oportunidade de, ao aplicar suas competências a problemas concretos, desenvolver novos conhecimentos.

Do ponto de vista do aprimoramento pessoal, a diversidade das atividades de pesquisa e extensão beneficia os estudantes, ampliando sua formação com atividades extraclasse, por meio de vivências importantes. Tais atividades permitem ainda atualizar e enriquecer a bagagem profissional dos docentes, gerando, portanto, efeitos positivos na própria prática do ensino.

18.METODOLOGIA

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação de professores, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

O estudante vive as incertezas próprias do atual contexto histórico, das condições sociais, psicológicas e biológicas. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

19.AVALIAÇÃO

19.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

19.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação de curso que deverá ser executada com regularidade, com vistas à garantia da qualidade do mesmo, é uma avaliação voltada para o processo de manutenção e geração dos cursos. Nessa avaliação, será considerado:

1. Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
2. Integração entre teoria e prática nas disciplinas;
3. Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
4. Atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;
5. Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
6. Oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
7. Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
8. Atualização dos programas;
9. Integração da graduação com a pós-graduação, quando houver;
10. Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.

19.3 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado;
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Especialização em Gestão Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Especialização em Gestão Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o

surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas das seguintes maneiras:

- I. Num primeiro nível, as avaliações serão realizadas a distância através atividades propostas no AVA, com critérios para análise do sucesso e do envolvimento do aluno no processo.
- II. Num segundo nível, as avaliações ocorrerão de forma presencial, com proposições, questões, temáticas e estudos de casos que exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Essas questões ou proposições serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento e aplicadas pelos tutores.

Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ao término do processo ser-lhe-á propiciada uma avaliação final e os resultados serão assinalados pelo professor nos registros acadêmicos. Se não for obtida a aprovação esperada, o aluno deverá refazer seus estudos na área de conhecimento em que não alcançou os objetivos pretendidos.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora;

No que toca aos procedimentos a serem observados na avaliação do processo ensino-aprendizagem, observar-se-á os dispositivos da Organização Didática vigente.

Além disso, no que tange à especificidade da Educação a Distância, serão considerados o que segue:

A nota do será fechada ao final de cada disciplina e consistirá na média aritmética simples de todas as avaliações do período, devendo ainda considerar o Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando diz que:

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I - cumprimento das atividades programadas; e

II - realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.(grifo nosso)

Em atendimento a esse decreto e à organização didática, o resultado do desempenho acadêmico deverá ser concretizado por uma dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo). Para isso considerar-se-á a seguinte proporcionalidade:

1ª Nota (NV) → Nota das avaliações on-line → compreende a média aritmética simples das avaliações realizadas através da plataforma de educação a distância.

Corresponde a 40% da Média da disciplina e é composta pelas seguintes atividades: fóruns, trabalhos escritos, questionários, exercícios, sínteses, resenhas, trabalhos em grupo, relatório de aulas práticas e outras atividades a critério do professor, num limite máximo de 4 (quatro) avaliações on-line.

2ª Nota (NP) → Nota da avaliação presencial → compreende a nota atribuída ao aluno através da verificação da aprendizagem por ocasião da avaliação presencial aplicada no polo durante o fórum de dúvidas. Corresponde a 60% da Média da Disciplina e é composta por prova presencial aplicada no polo ou atividade similar em casos específicos.

Nesse caso, a **Média da Disciplina (MD)** necessária para aprovação será seis (6,0), sendo composta da seguinte forma:

1ª Nota - 40% - Avaliação virtual (atividades on-line - NV);

2ª Nota - 60% - Avaliação presencial (Prova Escrita – NP);

A Média da Disciplina (MD) corresponde à aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{MD = NV + NP.}$$

Caso o aluno consiga Média da Disciplina (MD) igual ou superior 6,0 (seis), ele será considerado aprovado na disciplina.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática

profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

19.4 AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, por meio de questionários, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

20.SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação de curso que deverá ser executada com regularidade, com vistas à garantia da qualidade do mesmo, é uma avaliação voltada para o processo de manutenção e geração dos cursos. Nessa avaliação, será considerado:

- Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
- Integração entre teoria e prática nas disciplinas;
- Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
- Atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;
- Área de concentração/especialização;
- Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
- Oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
- Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
- Atualização dos programas;
- Integração da graduação com a pós-graduação, quando houver;
- Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.

21. PLANO DE MELHORIAS DO CURSO

21.1 MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

- Criação do papel do professor responsável por grupos de disciplinas, no sentido de evitar possíveis disparidades;
- Implantação dos Programas de Aprendizagem e reuniões semestrais para avaliar o desenvolvimento dos Programas de Aprendizagem;

21.2 MELHORIA DO DESEMPENHO E DA FORMAÇÃO DO ALUNO

- Horário de atendimento presencial (04 horas semanais); desde que os alunos manifestem

interesse;

- Oferta de atividades e/ou projetos interdisciplinares semestralmente que farão parte dos programas de aprendizagem;
- Oferecimento de disciplinas optativas, abrangendo áreas complementares, visando ampliar a formação acadêmica;
- Convite a profissionais de diversas áreas afins ao curso de Administração Pública para ministrar palestras ou aulas-técnicas;

21.3 MELHORIA DO DESEMPENHO DO PROFESSOR

Avaliação do desempenho do professor, referente à disciplina ministrada no semestre letivo, por parte dos alunos e apresentação dos resultados aos professores em reuniões didático-pedagógicas;

22. ATENDIMENTO AO DISCENTE

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos no IFMT e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e o IFMT.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico, e a estrutura pedagógica de EaD do Curso de Gestão Pública conta com os seguintes atores: coordenador pedagógico, coordenador de estágios, docentes e tutores.

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

23. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

A EaD oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais

complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer), do editor ao artista gráfico (web designer), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Especialização em Gestão Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- **O estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **Professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- **Professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **Professores pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- **Tutores (presenciais, a distância):** bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Gestão Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica;
- A figura a seguir esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:

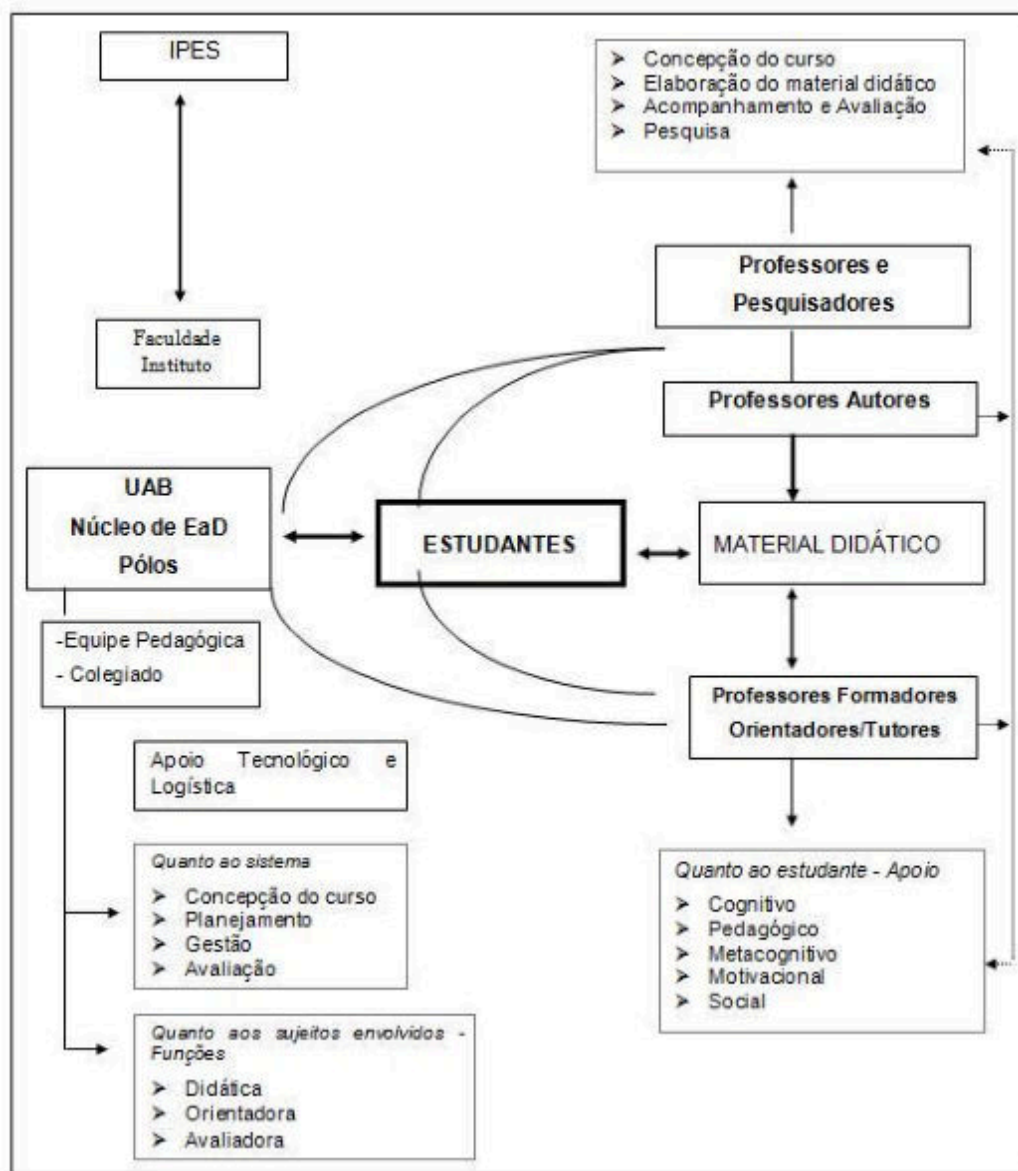


Figura 1:Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância
Fonte: Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
- **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- **O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

24. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os Certificados de Especialização Lato sensu em Gestão Pública do Instituto Federal de Mato Grosso do *Campus* Várzea Grande serão emitidos de acordo com a Instrução Normativa nº 027/2010 e Instrução Normativa nº 030/2010 da Pró-Reitoria de Ensino bem como a Organização Didática vigente do IFMT.

Ao concluir o curso com êxito, o discente receberá o título de Especialista em Gestão Pública.

25. QUADRO DE DOCENTES

A seguir apresentam-se os professores que serão responsáveis pela execução dos componentes curriculares do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública na Modalidade a Distância.

01	
Docente: Amarília Mathilde da Silva	
Formação: Secretariado Executivo	Titulação: Mestrado
CPF.: 829.109.951-00	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 10 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4246170A7	
02	
Docente: Breno Augusto de Barros Antunes	
Formação: Ciências Econômicas	Titulação: Especialista
CPF.: 570.511.431-15	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 07 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4552311J3	
03	
Docente: Danilo Herbert Queiróz Martins	
Formação: Administração	Titulação: Mestre
CPF.: 004.033.531-30	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 07 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4389237Z2	
04	
Docente: Dejenana Keyla Oliveira Campos	
Formação: Ciências Contábeis	Titulação: Mestre
CPF.: 551.630.171-87	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 07 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4461472E1	
05	
Docente: Francisco de Andrade Rosa	
Formação: Filosofia	Titulação: Doutor
CPF.: 026.165.478-05	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 20 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727985E5	
06	
Docente: Fuad José Rachid Jaudy	
Formação: Sociologia	Titulação: Mestre
CPF.: 009.147.691-70	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 05 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4264241E2	

07	
Docente: Gilberto Faria de Araújo	
Formação: Licenciaturas em Física e Matemática	Titulação: Mestre
CPF.: 586.648.662-87	Regime de Trabalho:
Tempo de Experiência no Magistério: 06 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4406571A2	
08	
Docente: João Bosco Lima Beraldo	
Formação: Administração	Titulação: Mestre
CPF.: 009.932.501-22	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 03 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4413016J2	
09	
Docente: José Vinícius da Costa Filho	
Formação: Bacharel em Direito	Titulação: Mestre
CPF.: 005.835.401-80	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 02 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4437451Z7	
10	
Docente: Kléberon Pierre Cardoso de Jesus	
Formação: Licenciatura em Letras	Titulação: Mestre
CPF.: 011.234.861-07	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 05 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4211142H1	
11	
Docente: Sandra Maria de Lima	
Formação: Engenharias Civil e Sanitária	Titulação: Doutorado
CPF.: 141.882.698-71	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Tempo de Experiência no Magistério: 09 anos	
Média de Disciplina/Docente:	
Média de Alunos/Docente:	
Lattes (link): http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4261978P9	

26. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O Campus Várzea Grande contará com a seguinte estrutura física:

Qt.	Espaço Físico	Descrição
05	Salas de Aula	<ul style="list-style-type: none"> • Com 30 carteiras em cada sala de aula • 1 conjunto trapézio para professor em cada sala de aula • 02 aparelhos de ar-condicionado em cada sala de aula • 01 projetor multimídia em cada sala de aula • 1 quadro branco em cada sala de aula
01	Sala de Estudo da biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • 2 mesas de Reuniões/Estudo • 8 cadeiras sem rodízio • 03 ar-condicionado
01	Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • 3 cadeiras com rodízio • 2 prateleiras simples • 2 prateleiras duplas • 02 ar-condicionado
01	Laboratório de Informática	<ul style="list-style-type: none"> • 1 conjunto trapézio para professor • 30 mesas para computador • 30 Cadeiras com rodízio • 30 Computadores • 02 ar-condicionado
01	Sala de Reuniões da Direção Geral	<ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa de reuniões • 01 ar-condicionado
01	Direção Geral	<ul style="list-style-type: none"> • 3 mesas de trabalho • 1 mesa para impressora/computador • 1 cadeira com encosto alto • 4 cadeiras com rodízio • 2 armários alto fechado • 1 armário alto fechado c/2 portas e 4 gavetões • 2 armários baixo fechado • 1 longarina com 3 cadeiras • 02 ar-condicionado
01	Departamento de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • 5 mesas de trabalho • 1 mesa para impressora/computador • 1 cadeira com encosto alto • 10 cadeiras com rodízio • 2 armários alto fechado • 1 armário alto fechado c/2 portas e 4 gavetões • 1 armário baixo fechado • 1 armário alto fechado c/2 portas e 8 gavetas • 1 armário médio fechado c/2 portas 4 gavetões • 02 ar-condicionado
01	Departamento Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • 5 mesas de trabalho • 1 mesa para impressora/computador • 1 madeira com encosto alto

		<ul style="list-style-type: none"> • 10 cadeiras com rodízio • 1 armário alto fechado c/2 portas e 4 gavetões • 1 armário baixo fechado • 1 armário alto fechado c/2 portas e 8 gavetas • 1 armário médio fechado c/2 portas e 4 gavetões • 02 ar-condicionado
01	Banheiro Feminino	<ul style="list-style-type: none"> • 5 vasos sanitários • 4 pias
01	Banheiro Masculino	<ul style="list-style-type: none"> • 3 mictórios • 2 vasos sanitários • 4 pias
01	Corredor	<ul style="list-style-type: none"> • 1 bebedouro industrial 200L • 20 bancos de madeira • 2 lixeiras de coleta seletiva com suporte

Além disso, apresentam-se a infraestrutura os Polos de Apoio Presenciais, onde serão realizadas as atividades do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública:

Polo de Cuiabá –MT	
Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: ELIZABETE REGINA ROSSETTO	Logradouro: Rua Comandante Costa. Nº: 1927
Tel. comerciais: (65) 3624-3631 , (65) 3637-8426	Bairro: Centro-Sul
	CEP: 78025200
	Município: CUIABA-MT
	Telefone: (65) 3613-6433
	Telefone alter.: (65) 3613-6319
	E-mail: ema.cintra@seduc.mt.gov.br
	E-mail alter.: laura.vellosa@seduc.mt.gov.br
Polo de Cáceres –MT	
Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: LEILA CASTRO DA SILVA	Logradouro: Rua das Saracuras. Nº: S/N
Tel. comerciais: (65) 3222-2627	Bairro: Maracanãzinho
	CEP: 78200000
	Município: CACERES-MT
	Telefone: (65) 3223-7537
	Celular: (65) 9943-9324
	Fax: (65) 3223-7537
	E-mail: ccr.cefapro@seduc.mt.gov.br

Polo de Juína –MT

Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: MARIA LUISA DOMINGUES FERREIRA	Logradouro: BR AR1 - Trevo Tangará.
Tel. comerciais: (66) 8127-5732 , (66) 3566-1567	Bairro: Setor de serviços
	Complemento: Próximo ao Posto Figueira (antiga Escola Marechal Rondon)
	CEP: 78320000
	Município: JUINA-MT
	Telefone: (66) 3566-1567
	Celular: (66) 9233-2622
	E-mail: uabpolojuina@gmail.com
	E-mail alter.: juina@nead.ufmt.br

Polo de Pontes e Lacerda –MT

Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: AMASILIO DOS SANTOS VAZ	Logradouro: Avenida Bom Jesus. Nº: 643
Tel. comerciais: (65) 3266-3324	Bairro: Centro
	Complemento: escola
	CEP: 78250000
	Município: PONTES E LACERDA-MT
	Telefone: (65) 3266-2946
	Fax: (65) 3266-4137
	E-mail: uab_pl@hotmail.com

Polo de Primavera do Leste –MT

Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: JONALDO TEIXEIRA SANTOS	Logradouro: Av. Porto Alegre. Nº: 30
Tel. comerciais: (66) 9611-8091	Bairro: Centro
	CEP: 78850000
	Município: PRIMAVERA DO LESTE-MT
	Telefone: (66) 3498-6808
	Telefone alter.: 3498-2716
	E-mail: uabpoloprimavera@gmail.com
	E-mail alter.: grabruschi@gmail.com

Polo de Sorriso –MT

Coordenador do Polo	Endereço do Polo
Nome: WELTON BERALDO DA SILVA	Logradouro: Avenida Brasil . Nº: 850
Tel. comerciais: (66) 3907-5599 , (66) 3907-5597	Bairro: Centro
	Complemento: Escola Ivete Lourdes Arenhardt
	CEP: 78890000
	Município: SORRISO-MT
	Telefone: (66) 3907-5599
	Telefone alter.: (66) 3907-5597
	Celular: (66) 9903-1607
	Fax: (66) 3907-5597
	E-mail: uab.sorriso@hotmail.com
	E-mail alter.: professorwelton@.com

27. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFMT CAMPUS VÁRZEA GRANDE AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

O foco de um sistema educacional deve ser sempre o aluno. Na modalidade a distância, visto que professores e alunos não se encontram frequentemente no mesmo espaço físico e tempo de aprendizagem, a interação e comunicação devem ser concebidas e estruturadas de modo a garantir o diálogo entre eles, garantido e potencializado pelas TIC. No caso da proposta em tela, a comunicação e interatividade foram pensadas levando-se em conta que cada área de conhecimento do curso terá momentos presenciais e a distância.

Os momentos presenciais serão organizados nos polos de apoio presencial onde o curso será ofertado. Os alunos participarão de atividades programadas de acordo com os objetivos do curso: plantões pedagógicos, videoconferências, trabalhos de campo, fóruns de discussão e avaliações da aprendizagem.

Com relação aos plantões pedagógicos presenciais, os tutores locais disponibilizarão horários semanais para atendimento personalizado ou em pequenos grupos aos estudantes. Os horários serão estabelecidos em função das necessidades destes e de suas disponibilidades de tempo de estudo. Estas serão identificadas, através de questionário individual, no momento em que os alunos forem fazer a matrícula inicial no curso, e repassada aos tutores locais para organização dos plantões pedagógicos. Durante os plantões pedagógicos, os tutores não terão como função “dar aulas”. Eles deverão orientar os alunos visando ajudá-los a superar as dificuldades que se lhes apresentam quanto à aprendizagem dos conteúdos, inserção no curso, organização do tempo de estudo, realização das atividades de estudo programadas etc.

Os fóruns de dúvidas, as discussões de conteúdo e as avaliações da aprendizagem ocorrerão nos finais de semana, conforme cronograma do curso. As videoconferências serão geradas pelo IFMT e serão de responsabilidade da Coordenação Geral da UAB/IFMT, sob a orientação dos professores titulares e coordenadores, e farão referência a cada área de conhecimento do curso.

Os fóruns de discussão serão organizados e mediados pelos tutores a distância, tendo em vista a troca de ideias e o aprofundamento de conteúdos que estão sendo estudados pelos alunos ou das atividades que estão sendo por eles desenvolvidas. Os alunos que não tiverem acesso à rede a

partir de suas residências ou municípios poderão acessar o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) a partir do laboratório de informática de seu polo de apoio presencial.

Nos momentos a distância, o estudante realizará estudos individuais sobre os assuntos específicos e as atividades pedagógicas previstas para cada área de conhecimento. Nesses momentos, ele poderá contar com os tutores locais através de plantões pedagógicos e com o tutor a distância em horários pré-estabelecidos no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

Em horários disponibilizados pelos tutores locais, os alunos poderão realizar consultas, postar dúvidas e participar de chats, bem como fazer uso de todos os recursos disponíveis no AVA para a interação entre si e com os responsáveis por sua formação (tutores, professores, coordenadores etc.). Além dos recursos disponibilizados no AVA, poderão fazer uso de outras TIC a fim de obterem esclarecimentos e orientações de toda a equipe do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública do IFMT- *Campus* Várzea Grande.

Para tornar seu trabalho mais eficaz, os tutores locais também terão à sua disposição horários semanais programados com os coordenadores de polo, para a resolução de quaisquer problemáticas ou para os encaminhamentos que se fizerem necessários no decorrer do processo. O coordenador do polo deverá estar apto para dar uma solução ou buscar a orientação necessária para a resolução de qualquer problemática, podendo recorrer à administração do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública na modalidade a distância do IFMT na pessoa do coordenador de curso e, em alguns casos, na pessoa do Coordenador Geral da UAB do IFMT.

27.1 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

27.2 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- **Produção dos Materiais:** Conhecer o processo de produção de videoaula; Conhecer a estruturação de roteiro para videoaula; Conhecer técnicas de apresentação de aula em frente às câmeras; Capacitar o profissional para a elaboração de guias de estudo para Educação a

- Distância; Apresentar aos profissionais envolvidos características elementares do material didático impresso e material para a plataforma para EAD, suas diferenças em relação às publicações acadêmicas tradicionais e sua aplicabilidade como material didático no ensino presencial; Apresentar detalhes do fluxo de produção de material impresso e plataforma para EAD, descrevendo cada etapa e as competências indispensáveis para cada profissional envolvido; Desenvolver nos participantes as competências necessárias para a coordenação de equipes de produção de material impresso e material para plataforma;
- **Formação de Tutores:** Apresentar aos profissionais envolvidos conhecimentos práticos sobre introdução, conceitos e características de ambientes virtuais de aprendizagem e sua viabilidade de uso como instrumento didático-pedagógico; Apresentar aos profissionais envolvidos conhecimentos práticos sobre a utilização de videoconferência/ webconferência para interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem em EAD; Apresentar aos profissionais envolvidos conhecimentos práticos de utilização do pacote de ferramentas BR Office; Apresentar conceitos e características de tecnologias digitais, como WebQuest, HotPotatoes, Blog e Objetos de Aprendizagem, bem como exemplos de suas utilizações.
 - **Formação em Gestão de Educação a Distância:** Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.
 - **Formação de pessoal Técnico/Administrativo:** Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

27.3 SELEÇÃO DE PROFESSORES TUTORES

27.3.1 SELEÇÃO DE TUTORES PRESENCIAIS

O IFMT, através de edital específico publicado pela Pró-Reitoria de Ensino, selecionará os tutores que atuarão nos polos de apoio presencial nos municípios pré-selecionados no estado. A quantidade de tutores e a quantidade de alunos que cada tutor atenderá dependem da oferta e dos parâmetros nacionais informados pela CAPES, sendo esses números passíveis de ajustes quanto à necessidade verificada nos polos.

Os tutores deverão preferencialmente ter formação superior compatível com áreas específicas das disciplinas do curso e ser residentes nos municípios dos polos para poderem se fazer presentes e atuantes juntos aos estudantes.

27.3.2 SELEÇÃO DE TUTORES A DISTÂNCIA

O IFMT, através de edital específico publicado pela Pró-Reitoria de Ensino IFMT, selecionará os tutores a distância, valendo-se de critérios específicos descritos em cada edital, conforme a necessidade e de acordo com o item 8.1.1 deste PPC.

27.4 SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói

conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoaulas;
- Telefone;
- e-mail; entre outros.

27.5 ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

28.REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Organização Didática do IFMT. Cuiabá/MT: IFMT, 2014;

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT – 2014/2018. Cuiabá/MT: IFMT, 2014;

LEIS

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996;

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999;

BRASIL. Lei Nº 10.436 de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 1999;

BRASIL. Lei Nº 10861 de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

DECRETOS

BRASIL. Decreto 2494, de 10/02/1998. Regulamenta o Art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Regulamenta a Educação a Distância);

BRASIL. Decreto 2561, de 27/04/1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto Nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

BRASIL. Decreto Nº 4.281 de 25/06/2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília/DF: 2002;

BRASIL. Decreto Nº 5.154 de 23/07/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004;

BRASIL. Decreto 5296 de 2/12/2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

BRASIL. Decreto 5622 de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto Nº 5773 de 9/05/2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino;

RESOLUÇÕES

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 03 de 02/07/2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;

BRASIL. Resolução CNE/MEC Nº 01 de 30/05/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012;

BRASIL. Resolução CNE/MEC Nº 02 de 15/06/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília/DF: 2012;

IFMT. Resolução CONSUP Nº 043 de 17/09//2013. Orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação do NAPNE nos campi do IFMT;

PARECERES

BRASIL. Parecer CNE/MEC Nº 08 de 06/03/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012;

PORTARIAS

BRASIL. Portaria 301 de 7/04/1998. Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância;

BRASIL. Portaria 4363 de 29/12/2004. Dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais da educação superior;

BRASIL. Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

BRASIL. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, maio/2012

29.ANEXOS

29.1 ANEXO 1 - FLUXOGRAMA

Quadro concomitância, consecutividade, e carga horária de estudo semanal

Curso: Especialização em Gestão Pública (Lato sensu)

Disciplina	CH	Mês 1					Mês 2					Mês 3					Mês 4					
		Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	
Introdução à Modalidade EaD - Nivelamento	30		6	6	6	6	6															
Estado, Governo e Mercado	30						6	6	6	6	6											
O Público e o Privado na Gestão Pública	30											6	6	6	6	6						
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30																6	6	6	6	6	
Total	120	0	6	6	6	6	12	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Disciplina	CH	Mês 5					Mês 6					Mês 7					Mês 8					
		Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	
Políticas Públicas	30	6	6	6	6	6																
Planejamento Estratégico e Governamental	30						6	6	6	6	6											
O Estado e os problemas contemporâneos	30											6	6	6	6						6	6
Total	90	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	0	0	0	0	0	6	6

Disciplina	CH	Mês 8					Mês 9					Mês 10					Mês 11					
		Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	6	6	6	6	6																
Cultura e Mudança Organizacional	30						6	6	6	6	6											
Gestão Logística	30											6	6	6	6	6						
Comportamento Organizacional	30																6	6	6	6	6	6
Total	120	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Disciplina	CH	Mês 13					Mês 14					Mês 15					Mês 16					
		Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30	6	6	6	6	6																
Gestão Operacional	45						9	9	9	9	9											
Plano Plurianual e Orçamento Público	45											9	9	9	9	9						
Metodologia Científica	30																6	6	6	6	6	6
Total	150	6	6	6	6	6	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	6	6	6	6	6	6

Disciplina	CH	Mês 17				
		Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30	6	6	6	6	6
Total	30	6	6	6	6	6

Carga Horária Total do Curso: 510

A possível data de início do curso é 05 de junho de 2017.

29.2 ANEXO II - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

NIVELAMENTO

Introdução à Modalidade de Educação a Distância (EaD) – 30 horas

Pré-requisito: não há

Ementa: Contextualização histórica. Bases conceituais e fundamentos. Mediação pedagógica no contexto da EaD. As TICs no processo de ensino e aprendizagem – práticas metodológicas. Organização de sistemas de EaD: tutoria, estrutura tecnológica, avaliação e material didático.

Objetivo: proporcionar o contato com importantes fundamentos, definições, características e curiosidades históricas sobre a Educação a Distância no Brasil e no mundo. Para tanto, apresentaremos conceitos e informações que acompanharão os alunos durante todo o curso.

Referências Básicas

ARETIO, L. G. **Para uma definição de educação à distância.** Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro: ABT, v.16, n. 78/79, p,56-61, set./dez. 1987.

BELLONI, M. L. **Educação à distância.** Campinas: Autores Associados, 2006.

DIAS, Dosiêana Aparecida. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico.** Colaboração de Lígia Silva Leite. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

GOUVÊA, Guaracira & OLIVEIRA, Carmem Irene. **Educação a distância na formação dos professores: viabilidades, potencialidades e limites.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 5ed. Campinas: Papirus, 2008.

Referências Complementares

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

SANCHO, Juana. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MÓDULO BÁSICO

Estado Governo e Mercado – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders).

Objetivo: possibilitar a compreensão de alguns conceitos, teorias e informações históricas que permitirá ao discente não só acompanhar e participar dessa discussão, mas, sobretudo, desempenhar as funções do gestor público com mais segurança e maior conhecimento do terreno em que atua e/ou que irá atuar.

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO PÚBLICA – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: A dicotomia público-privado; o servidor como agente da ação do Estado; os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; globalização e neoliberalismo.

Objetivo: apresentar os princípios que regem o funcionamento da Administração Pública, orientam as suas relações com o setor privado e disciplinam a ação dos servidores públicos em todas as esferas de governo – do quadro permanente do Estado, ocupantes de cargos em comissão ou eleitos prefeitos municipais, governadores de Estado ou presidente da República.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças**. In: **RAP**, nº 40, vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Referências Complementares

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfaceHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bom tempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA NO ESTADO BRASILEIRO – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. Federalismo e governo de elites na primeira República; Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas; Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República e Autoritarismo e redemocratização.

Objetivo: possibilitar ao discente o conhecimento da história recente do Brasil, ou seja, o processo de construção da estrutura de Estado no Brasil, da Proclamação da República até os dias atuais.

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação:** os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil.** Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco.** S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

POLÍTICAS PÚBLICAS – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e

evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Objetivos: fazer com que o aluno perceba as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*).

Referências Básicas

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.

_____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados** (USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern

capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Objetivo: contribuir para que as atividades de gestão pública levadas a cabo nos vários níveis e instâncias governamentais que abarca o Estado brasileiro passem a ser realizadas em conformidade com os princípios do Planejamento Estratégico Governamental (PEG).

Referências Básicas

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

_____. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

Referências Complementares

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1988.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Problemas ambientais e a evolução da gestão ambiental. Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso e/ou professor da disciplina.

Objetivo: estimular o aluno a refletir sobre o papel do Estado, na atual fase do desenvolvimento capitalista, na tarefa de superação de problemas persistentes na história da sociedade brasileira, tais como a pobreza, a exclusão e as desigualdades sociais. Também de possibilitar o acesso a informações e críticas sobre a agenda atual das políticas sociais no plano federal, favorecendo a articulação e o diálogo entre os diversos níveis de governo na implementação de políticas e programas sociais que produzam efeitos necessários e socialmente desejados.

Referências Básicas:

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

Referências Complementares

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país.** São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

INDICADORES SOCIO ECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais: Introdução histórica. Indicadores Sociais: do conceito às medidas.. Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos. Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. Os Censos Demográficos. As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos. Dados e Indicadores Econômicos. Principais boletins de conjuntura. Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Objetivo: possibilitar ao aluno uma sistematização das noções básicas para construção, uso e interpretação de indicadores socioeconômicos e discutir as potencialidades e limites da sua aplicação nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil.

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica.** Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira.** Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais:** conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro.** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais:** uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos**. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSAs, 2002.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia *Análise & Dados*, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.

TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

MÓDULO ESPECÍFICO EM GESTÃO PÚBLICA

CULTURA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: mudanças organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Objetivo: possibilitar o desenvolvimento de competências para a análise e compreensão do complexo processo de mudança na Administração Pública brasileira e seus reflexos, com vistas a ampliar a capacidade de inserção dos agentes públicos na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas.

Referências Básicas

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional**: teoria e gestão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional**: formação, tipologias e impactos. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

_____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

Referências Complementares

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

_____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração**: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional**: uma abordagem antropológica da mudança. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Abrangência do CO: micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas. Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança. Direitos Humanos, Cidadania e Democracia.

Objetivos: apresentar os fundamentos acerca do comportamento organizacional, buscando estimulá-lo a aprofundar seus conhecimentos nesse vasto campo e em suas diferentes linhas e abordar esses fundamentos sob a perspectiva peculiar da Administração Pública, não somente em termos de linguagem, mas também como um conteúdo que seja significativo para os agentes públicos.

Referência Básica

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Referências Complementares

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO EM AMBIENTES FEDERATIVOS – 30 horas – 2 créditos

Pré-requisitos: não há

Ementa: Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Objetivos: abordar os conceitos e os contextos de existência das redes públicas de cooperação focalizadas para, apresentar o perfil de governança das redes públicas estaduais de cooperação, o processo de evolução dessas organizações e os mecanismos críticos de gestão hoje utilizados.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Pré-requisito: não há

Ementa: Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

Objetivos: explicitar os aspectos fundamentais da gestão operacional nas organizações prestadoras de serviços públicos.

Referências Básicas

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo:** integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos.** São Paulo: Makron Books, 1998.

MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos.** São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria:** agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. Controladoria: teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços.** Bookman. Porto Alegre. 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações.** Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria:** conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

Pré-requisito: não há

Ementa: Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Objetivo: levar o discente a conhecer o que é a área de logística, sua importância e sua abrangência, como ela é afetada pelo Nível de Serviço contratado pelo cliente, quais são suas atividades de planejamento, e quais são suas atividades operacionais.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: um enfoque**. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados: administração e organização**. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO PÚBLICO – 45 horas – 3 créditos

Pré-requisito: não há

Ementa: Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Objetivo: familiarizar o aluno às classificações orçamentárias e com o processo de elaboração e de execução do orçamento público.

Referência Básica

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

Referências Complementares

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 200

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Metodologia Científica – 30 horas

Pré-requisito: não há

Ementa: Favorecer a compreensão da metodologia científica para o planejamento, execução, análise e interpretação de pesquisa científica.

Objetivo: auxiliar o discente na compreensão e aprofundamento de conteúdos relacionados com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), constituído pelo método científico.

Referências Básicas

BARROS, A.J.P. DE.; LEHFELD. N.A.S. **Fundamentos de metodologia. Um guia para a iniciação científica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132p.

BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.M.; DELUIZ, N. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias.** 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 96p.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 248p.

CORRÊA DA SILVA, J.G. **Pesquisa Científica, Versão Preliminar.** Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1994. 36p.

Referências Complementares

MEIS, L. DE; CARMO, D.A.R. DO. **O método científico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 84p.

2. OLIVEIRA, S.L. DE. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

REYS, L. **Planejar e redigir trabalhos científicos.** 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. 318p.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 237p.

VERA, A.A. **Metodologia da pesquisa científica.** 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983. 223p.

Pré-requisito: não há

Ementa: Trabalho científico: conceito, tipos. Técnicas de pesquisa. Redação Científica. Defesa de um Artigo Científico à banca examinadora.

Objetivo: dar condições para o discente desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso em ambiente real de trabalho, sob a orientação de um docente ou tutor especificamente indicado para tal, envolvendo não só os aspectos humanos e técnicos da profissão, mas também o comprometimento social com o contexto do campo de conhecimento em Administração.

Referências Básicas

ANDRADE, M.M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.

Referências Complementares

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WEISS, D. Como falar em público: técnicas eficazes para discursos e apresentações. São Paulo: Nobel, 1991.

MARCONI, M.A.; LAKATUS, E.M. Metodologia do trabalho científico. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WAZLAWICK, R. Análise e projeto de Sistemas de informação orientados a Objetos. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MELO. A.C. Desenvolvendo aplicações com UML 2.0: do conceito à implementação. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

29.3 ANEXO III

REGIMENTO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Art. 1º O Trabalho de Curso possui caráter obrigatório e é caracterizado como uma atividade de pesquisa em ambiente real de trabalho, sob a orientação de um docente ou tutor especificamente indicado para tal, envolvendo não só os aspectos humanos e técnicos da profissão, mas também o comprometimento social com o contexto do campo de conhecimento em Administração.

Art. 2º Nenhum aluno poderá obter o grau de Especialista em Gestão Pública sem ter cumprido as exigências relativas a este regimento de Trabalho de Curso que se constitui de pesquisa científica a ser apresentada formalmente no formato de artigo científico.

Parágrafo Único – Para atender ao *caput* deste artigo, os alunos do curso que estejam regularmente matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, deverão iniciar o desenvolvimento do Trabalho de Curso de forma de grupos de até 5 pessoas.

Art. 3º Nenhum Professor/Tutor-Orientador poderá orientar mais de 20 (vinte) Trabalhos de Curso-TC, simultaneamente.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CURSO

Art. 4º O Trabalho de Curso visa proporcionar ao estudante:

a) Condições para produção científica orientada à prática profissional, tendo em vista a consecução dos objetivos do curso;

b) Oportunidade para assimilar experiências práticas e/ou planejar e desenvolver atividades de natureza sistêmico-administrativa em empreendimentos relacionados à formação profissional;

c) Adequação dos conhecimentos adquiridos com a realidade profissional, realimentadora do processo de ensino.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 5º O Trabalho de Conclusão do Curso será realizado na última disciplina do curso.

Art. 6º Os alunos desenvolvem o Trabalho de Conclusão do Curso por meio de orientação dos docentes e tutores do Curso que assumem a função de Professor/Tutor Orientador.

Parágrafo Único – Sempre que houver necessidade de convidar Professores de outros cursos para a orientação, estes deverão ser acompanhados de co-orientadores professores da área de gestão.

Art. 7º Para acompanhamento do trabalho por parte do orientador, o aluno deverá apresentar um artigo científico, elaborar e defender o Trabalho de Curso, a ser apresentado a uma Banca Examinadora ao final do período letivo ou outra forma a ser definida pelo Colegiado de Departamento de Ensino.

Parágrafo Único – Juntamente com a versão final do Trabalho de Curso, o aluno deve entregar uma autorização para utilização do Trabalho de Curso para fins acadêmicos.

Art. 8º A avaliação do trabalho apresentado pelo(s) aluno(s) deverá observar os seguintes itens:

a) Exploração e propriedade na utilização do material bibliográfico usado no desenvolvimento do trabalho;

b) Capacidade de identificar, projetar e sugerir alterações para resolução de problemas organizacionais em consonância com aprendizado adquirido no Curso e teorias específicas para o desenvolvimento do trabalho;

c) Capacidade de análise e crítica;

d) Capacidade de interpretação e redação;

e) Coerência e clareza na apresentação das ideias;

f) Cumprimento das tarefas programadas;

Art. 9º Os prazos para a realização do Trabalho de Curso são definidos e divulgados pela Coordenação de Curso em cronograma definido na disciplina específica.

Art. 10º A entrega do Trabalho de Curso fora dos prazos pré-estabelecidos, está sujeita à seguinte regra:

- I. O(s) aluno(s) que não cumprir(em) o prazo de entrega de qualquer um dos produtos exigidos para o Trabalho de Curso, por qualquer motivo, de acordo com a data limite para a entrega do documento deverá apresentar, por escrito, justificativa do atraso até 3 dias úteis após essa data;
- II. Após esses 03 dias, os Trabalhos que ainda configurarem atraso sofrerão redução na média final do aluno, podendo não obter a nota mínima necessária para ser aprovado, nos casos superiores a 30 dias.

CAPÍTULO IV

DOS TIPOS DE TRABALHO DE CURSO

Art. 11º Em atendimento à Resolução n. 01/CNE/CES, de 3 de abril de 2001, os estudantes deverão elaborar, como requisito parcial para a obtenção do título, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), que deverá ser apresentado em forma de Artigo Científico.

Art. 12º O artigo deverá ser entregue e a apresentação será em forma de banner ou em mídias digitais e para ser considerado aprovado no TCC, o(s) aluno(s) necessita(m) obter no mínimo o conceito 6,0.

Parágrafo Único – Se julgar por excessivo o número de alunos a serem avaliados por uma Banca Examinadora, o Colegiado de Departamento de Ensino poderá optar por outra forma de avaliação, sem a necessidade de defesa.

Art. 13º A formatação do trabalho estará baseada nas normas da ABNT para apresentação de trabalhos de conclusão de curso em formato de artigo científico com seguinte estrutura: introdução (que também contemple os objetivos e a justificativa); fundamentação teórica; metodologia; análise e discussão dos resultados; e conclusões.

Art. 14º O trabalho deverá ter no mínimo 10 páginas.

CAPÍTULO V

DO PLÁGIO

Art. 15º O Trabalho de Curso que, comprovadamente, for constatado plágio será, sem recurso, reprovados. A comprovação deverá ser realizada pelo Professor/Tutor Orientador e/ou demais avaliadores, indicando a fonte da qual o aluno de forma inadequada retirou as informações sem as devidas citações ou indicações.

Parágrafo Único - O aluno que tiver seu Trabalho de Curso reprovado por plágio deverá matricular-se novamente na disciplina e elaborar novo Trabalho sob a orientação de Professor/Tutor do Curso ao qual pertence, estando ainda sujeito a todas as normas expostas na Lei de Direitos Autorais.

CAPÍTULO VI

DOS SUJEITOS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Art. 16º O processo de realização do Trabalho de Curso envolve o IFMT – *Campus Várzea Grande*, através do Departamento de Ensino, representado pelo Coordenador de Curso, o Professor/Tutor Orientador; os Professores do Curso e os integrantes da Banca.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regimento, entende-se por atribuições e competências de cada um desses sujeitos, os seguintes:

a) COORDENAÇÃO DE CURSO

Compete a esta Coordenação de Curso as seguintes tarefas:

- I. Coordenar as atividades de TC.
- II. Realizar periodicamente reuniões com Professores, Tutores e alunos; ou promover encontros de avaliação e elaborar relatórios.
- III. Possuir e exercer controle sobre: relação de alunos matriculados e relação dos Professores/Tutores Orientadores, disponibilidade, número de orientandos;
- IV. Acompanhar o andamento das diversas etapas de cada um dos processos, verificando o cumprimento de critérios estabelecidos neste instrumento e as orientações gerais quanto à estrutura básica para a elaboração do Trabalho de Curso, inclusive as normas da ABNT.
- V. Motivar os professores, tutores e alunos para que preparem suas produções com vistas a participar de concursos, para o uso de partes ou todo texto em sala de aula, a convidar os egressos a falar de seu trabalho aos alunos, dar continuidade a estudos de temas ou questões levantadas nos Trabalhos de Curso, e outras atividades possíveis.
- VI. Montar estratégias para a divulgação dos resultados destes trabalhos junto à comunidade acadêmica e também a externa.

c) PROFESSOR/TUTOR ORIENTADOR

O Professor/Tutor-Orientador deve ser, preferencialmente, da área de gestão. Nos casos de temas que remetam a áreas além das relacionadas com o Professor/Tutor Orientador poderá o aluno optar por uma co-orientação de outro Professor/Tutor, com a devida autorização do Coordenador do curso.

São atribuições do Professor/Tutor Orientador:

- I. Coordenar, orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos sob sua orientação, quer no campo específico do tema em estudo, da metodologia de pesquisa e de análise, bem como de apresentação de relatórios de trabalhos científicos e de expressão, seguindo parâmetros, critérios e orientações contidos neste regulamento.
- II. Avaliar periodicamente o aluno, indicando alterações necessárias, sistematizando suas observações em documento próprio para tal.
- III. Manter a Coordenação de Curso informada do andamento dos trabalhos de seu Orientando;
- IV. Realizar atividades em sala de aula que permitam desenvolver a habilidade de cada aluno colocar seu trabalho de curso e suas argumentações sob o enfoque de um ensaio para a Banca;
- V. Na hipótese de defesa do trabalho por uma banca examinadora, encaminhar o Orientando para a Banca se julgar o trabalho em condições para tal;
- VI. Participar da banca como Presidente.

d) ALUNO

São atribuições do aluno matriculado no sétimo e oitavo semestres do curso de Administração:

- I. Apresentar à Coordenação de Curso o Projeto de Trabalho de Curso.
- II. Comparecer aos encontros com seu orientador de Trabalho de Curso, cumprindo rigorosamente as tarefas que lhe forem atribuídas;
- III. Apresentar o Trabalho de Curso de acordo com as orientações existentes neste regimento.
- IV. Cumprir o cronograma de encontros de orientação, efetuando as apresentações previstas.
- V. Apresentar seu trabalho perante à banca examinadora para tal composta, efetuando os ajustes sugeridos pelos seus membros, editando a versão final do Trabalho conforme as exigências.
- VI. Entregar a versão final do trabalho devidamente encadernado e em arquivo digitalizado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º – A Coordenação de Curso decidirá conjuntamente com a Chefia do Departamento de Ensino sobre os casos omissos neste Regulamento.

Art. 19º – Este Regulamento entra em vigor a partir da data de aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública.

ANEXO IV – PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
IFMT CAMPUS VÁRZEA GRANDE – Gabinete da Direção Geral

PORTARIA Nº 020 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017

A DIRETORA GERAL *PRO TEMPORE* do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, *CAMPUS VÁRZEA GRANDE*, no uso de suas atribuições legais, nomeada pela Portaria nº 494 de 09 de março de 2015.

RESOLVE:

I – Revogar a portaria nº 11 de 05 de Janeiro de 2017;

II - Designar os servidores abaixo como Coordenadores dos Cursos da Modalidade a Distância deste IFMT Campus Várzea Grande, conforme a tabela abaixo:

Servidor(a)	Matrícula SIAPE	Coordenador(a) do Curso
João Bosco Lima Beraldo	1084366	Especialização Lato Sensu em Gestão Pública
Marcilene da Silva Araújo	2175553	Especialização Lato Sensu em LIBRAS e Educação Inclusiva
Sônia Maria de Almeida	2622882	Especialização Lato Sensu em Formação Docentes para Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA

III – Cientifiquem-se e cumpram-se.

Prof.ª Dra. Sandra Maria de Lima
Diretora-Geral *Pro Tempore*
IFMT Campus Várzea Grande
Portaria IFMT nº 494 de 09/03/15

**ANEXO V - PLANO DE TRABALHO DO IFMT PARA
OFERTA DE CURSOS NO ÂMBITO DO SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**